



# VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação

13, 14 e 15  
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

**Sandra Pottmeier**

*UFSC*

[pottmeyer@gmail.com](mailto:pottmeyer@gmail.com)

**Evandro José Zonta**

*CEDUP Herman Hering*

[zjequimio@gmail.com](mailto:zjequimio@gmail.com)

**Luiz Herculano de Sousa**

**Guilherme**

*IFSC – campus Gaspar*

[luizherculano@yahoo.com.br](mailto:luizherculano@yahoo.com.br)

**Marta Helena Curio de**

**Caetano**

*FURB*

[mhelena@furb.br](mailto:mhelena@furb.br)

**Renata Waleska de Sousa**

**Pimenta**

*IFSC – campus Gaspar*

[renata.waleska@ifsc.edu.br](mailto:renata.waleska@ifsc.edu.br)

Eixo TEMÁTICO: Políticas públicas  
educacionais

O “NOVO” ENSINO MÉDIO NO  
CENÁRIO EDUCACIONAL  
PANDÊMICO

THE “NEW” HIGH SCHOOL THE  
PANDEMIC EDUCATIONAL  
SCENARIO



## RESUMO

Este estudo objetiva analisar os movimentos políticos educacionais empreendidos na/para a reformulação e na/para a implementação do “Novo” Ensino Médio em 2020 nas redes pública e privada de Santa Catarina. O aporte teórico-metodológico assenta-se em uma abordagem qualitativa-descritiva a partir da discussão engendrada por cinco professores que atuam na Educação Básica em redes distintas: pública estadual, federal e na rede privada, no Estado de Santa Catarina sobre os documentos oficiais nacionais e estaduais direcionados para o “Novo” Ensino Médio. As análises baseadas na perspectiva enunciativa-discursiva, apontam que esta reforma curricular e com implicações na prática pedagógica, visam formar sujeitos-aprendizes engajados, ativos nos processos de ensino e aprendizagem. O professor neste contexto, assume o papel de mediador dos conhecimentos que constituem os/as estudantes em diferentes esferas sociais, até seu ingresso na esfera escolar. Além disso, acaba reverberando nas instituições escolares (pública e privada), a necessidade de reelaboração de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), conforme as orientações advindas dos documentos oficiais do “Novo” Ensino Médio. Considera-se, assim, que é preciso durante este processo de implementação do “Novo” Ensino Médio, ancorar-se em uma perspectiva que compreende o sujeito como um ser social, inacabado, em processo de aprendizagem e, que haja um acompanhamento pedagógico efetivo para estudantes, professores e gestores.

**Palavras-chave:** Educação Básica. Pandemia. Novo Ensino Médio. Santa Catarina.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the educational political movements undertaken in/for the reformulation and in/for the implementation of the “New” High School in 2020 in the public and private networks of Santa Catarina. The theoretical-methodological approach is based on a qualitative-descriptive approach based on the discussion engendered by five teachers who work in Basic Education in different networks: state public, federal and private, in the State of Santa Catarina about official national documents and state directed to the “New” High School. The analyzes based on the enunciative-discursive perspective point out that this curricular reform, with implications for pedagogical practice, aims to form engaged learners, active in the teaching and learning processes. In this context, the teacher assumes the role of mediator of the knowledge that constitutes students in different social spheres, until their entry into the school sphere. In addition, it ends up reverberating in school institutions (public and private), the need to re-elaborate their Political Pedagogical Projects (PPP), in accordance with the guidelines arising from the official documents of the “New” High School. It is therefore considered that it is necessary, during this process of implementing the “New” High School, to be anchored in a perspective that understands the subject as a social being, unfinished, in a learning process and that there is an effective pedagogical monitoring for students, teachers and managers.

**Keywords:** Basic Education. Pandemic. New High School. Santa Catarina.



## 1. INTRODUÇÃO

Este texto que se inscreve no eixo “Políticas Públicas Educacionais” da VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas e Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação, tem por objetivo analisar os movimentos políticos educacionais empreendidos na/para a reformulação e na/para a implementação do “Novo” Ensino Médio em 2020 nas redes pública e privada em Santa Catarina, com data final para 2022, em se pensando, no cenário educacional pandêmico em decorrência do novo coronavírus, iniciado em março de 2020. Ressaltamos, que tais ações engendradas na Educação Básica resultam de discussões em âmbito nacional com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9.394/1996 (Brasil, 1996), inicialmente por meio da Medida Provisória n. 746/2016 (Brasil, 2016) e, adiante com a promulgação da Lei Federal n. 13.415/2017 (Brasil, 2017), com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018a) e com a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio por meio da Resolução n. 3/2018 (Brasil, 2018b).

Documentos estes que dialogam com as políticas internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCED) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os quais visam promover o acesso universal à Educação para todos. Em acordo com as políticas e leis nacionais e internacionais e, ainda, na vigência do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) (Brasil, 2013), foram elaboradas 20 metas a serem alcançadas entre 2011 e 2020, dentre elas, destacamos as metas: I que trata da universalização de estudantes matriculados no Ensino Médio; II que discorre sobre a universalização do público-alvo da Educação Especial na Educação Básica; III que oferta a educação em tempo integral na Educação Básica; IV que visa atingir médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Brasil, 2013). Isto reflete e refrata o que avançou, como é o caso das metas I e II em relação ao acesso à Educação para todos e, o que é preciso ainda alcançar, ou seja, os itens III e IV do atual PNE (2014-2024) em relação ao “Novo” Ensino Médio (Brasil, 2017). Adotamos o termo “Novo” em acordo com o que propõem os documentos oficiais nacionais (Brasil, 2018a, 2018b) e da rede estadual de Santa Catarina (2019b, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d). No tocante à oferta de uma educação em tempo integral da qual trata o inciso III, é um aspecto que muito nos preocupa enquanto



professores na Educação Básica. Isto, pois em muitos contextos brasileiros não será possível a aplicação desta oferta. Ou ela ocorrerá de maneira restrita, pontualmente, na rede pública estadual, seja pela carência de estrutura adequada (sala ambiente, sala para leitura, Laboratório de Ciências, de Informática, dentre outros) das instituições para atuar com esse público jovem, ou pelas distintas realidades vivenciadas pelos aprendizes e pelos profissionais da educação.

No caso da rede pública federal, muito tem se avançado desde 2008 com a ampliação dos Institutos Federais em todo o território brasileiro, em relação à estrutura física, à concepção educacional profissional e tecnológica articulada à oferta do “Novo” Ensino Médio e acerca da constituição de um currículo que forme o aprendiz para a vida e para o mundo do trabalho. Nessa perspectiva histórico-crítica, o estudante está no centro dos/nos processos de aprendizagem tendo em vista que este se constitui para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho. Ou seja, almeja-se a sua formação humana para atuar no mundo do trabalho e em outras esferas sociais da atividade humana.

Além disso, no contexto catarinense, lugar de onde enunciamos, a cultura do trabalho é muito expressiva, haja vista as condições sociais e econômicas vividas por muitas famílias e que se intensificaram no período da pandemia da Covid-19. Ou seja, o/a estudante ao ingressar no primeiro e, no mais tardar no segundo ano do Ensino Médio, inicia no mundo do trabalho com o propósito de ajudar nas despesas da casa, da família (moradia, alimentação, saúde, entre outros) para poder ter acesso aos bens culturais que deseja ter e não tem essa possibilidade diante de sua realidade, assim, como outros aspectos que envolvem as mais distintas narrativas destes/as jovens nas redes públicas federal ou estadual. Na rede privada, apesar de o contexto ser diferente por conta de um conjunto de fatores, há iniciativas por parte de algumas instituições, sendo algumas delas, a oferta de bolsas de estudo para estudantes com desempenho acadêmico considerado destaque. Já outras oportunidades são destinadas a estudantes em vulnerabilidade social alta e, por fim, há bolsas para estudantes adeptos e adeptas da prática desportiva em contexto escolar e que apresentam perfil de atleta de alto rendimento.



A tessitura deste texto, baseada em uma abordagem qualitativa descritiva, é constituída pelas seguintes seções: introdução, aporte teórico-metodológico assentado nos documentos oficiais nacionais (Brasil, 2017, 2018a) e estaduais (Santa Catarina, 2019b, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d) e na perspectiva enunciativa-discursiva (Bakhtin, 2011[1979]) que fundamenta as análises e discussões acerca do “Novo” Ensino Médio, seguida das considerações finais e referências.

## 2. APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

O cenário educacional pandêmico iniciado em março de 2020 que, infelizmente, ainda tem sido vivenciado pela população mundial, tem apresentado situações das mais distintas na Educação, a saber: a desigualdade econômica, social, cultural e digital dos aprendizes e dos profissionais da educação; o próprio formato escolar: espaço, tempo, organização; o cotidiano pedagógico (estratégias de ensino); o currículo articulado a essa nova/outra realidade e a avaliação. Desta maneira, hipotetizamos que, muitas lacunas emergem dos/nos/entre e com os processos de aprendizagem híbridos (aulas presenciais e *online*) antes, durante e após a pandemia da Covid-19. A partir disto, problematizamos: Quais são os desafios para a Educação e seus atores sociais diante da implementação do “Novo” Ensino Médio nas redes pública e privada de Santa Catarina? Quais interesses estão por trás das mudanças propostas? Qual a real condição de implementação deste Ensino Médio pensando em uma formação equânime?

Estas questões precisam e devem ser tensionadas quando lançamos um olhar mais aprofundado e amplificado nas e para as Políticas Educacionais, na e para a produção e a implementação de um “Novo” Currículo no e para o Ensino Médio até 2022 no território brasileiro. Para Silva (2006), o currículo não é neutro, ele é intencional, portanto, ideológico. Por isso, ele marca um lugar de relações de poder, de interesses, é um campo de disputas de vários atores sociais, de diferentes vozes sociais. Para o autor, o currículo “[...]tem uma posição estratégica nessas reformas precisamente porque o currículo é o espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político” (Silva, 2006, p. 10).



Em Santa Catarina tem-se tomado como documento referência, a Base do Território Catarinense (Santa Catarina, 2019a) o qual está ancorado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018a), esta que se respalda nas competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos/as aprendizes nos processos de aprendizagem e, que, a nosso modo de ver, traz uma superficialidade nas discussões em torno do currículo como um ato político e, que não cabe, portanto, uma neutralidade. Diante disso, tal questão marca e exige uma posição daqueles que constroem/elaboram o documento ao se pensar que currículo é este e para quem ele se destina?

Importante sublinhar que o Currículo Base do Território Catarinense (Santa Catarina, 2019) fundamenta-se também em um documento precursor no Estado de Santa Catarina, a Proposta Curricular de Santa Catarina (1991, 1998, 2005, 2014) e com ela marca seu posicionamento pelas escolhas que fez e faz, a de assentar-se “no princípio da educação integral, por entender, que por meio dela, prover-se-á uma formação que visa a cidadania, a emancipação e a liberdade” (Santa Catarina, 2019a, p. 12), ou seja, de uma formação humana e integral. Tais escolhas teórico-metodológicas implicam pensar no sujeito como social, histórico, ideológico inscrevendo-se, assim em uma perspectiva dialógica (Bakhtin, 2011[1979]). Um aprendiz que está sempre em desenvolvimento no/pelo percurso formativo “ao longo de sua vida escolar, tanto quanto ao longo de sua vida” e que “significa considerar a singularidade dos tempos e modos de aprender dos diferentes sujeitos” (Santa Catarina, 2019a, p. 13) e a diversidade como princípio formativo.

Na mesma direção do que preconizam os documentos estaduais de Santa Catarina, este estudo de abordagem qualitativa descritiva, baseia-se na análise enunciativa-discursiva tomando o sujeito como um ser social, histórico e ideológico (Bakhtin, 2011[1979]). Deste modo, marcamos o lugar de onde enunciam os/as cinco professores/as que tecem este texto e atuam na Educação Básica no Estado de Santa Catarina, sendo: um inscrito na rede privada, dois pertencentes à rede pública estadual, seguido de dois professores que atuam na rede pública federal de ensino. Trata-se de três professoras e dois professores com idade entre 39 e 46 anos, sendo três licenciados em Letras, um em Química e um em História. Três possuem doutorado e dois possuem mestrado em suas respectivas áreas de atuação. Um destes profissionais atua há três anos na Educação Básica, Profissional e Tecnológica; dois atuam há



20 anos na Educação Básica e; dois atuam há 15 anos.

### 3. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Em se pensando no cenário educacional catarinense e na trajetória na rede pública estadual a partir da Proposta Curricular de Santa Catarina (Santa Catarina, 1991, 1998, 2005, 2014) articulada agora com documentos mais recentes pautados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018a), tais como o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (Santa Catarina, 2019a) e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (Santa Catarina, 2019b, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d), podemos depreender, lançando um olhar para a formação humana e integral (Santa Catarina, 2014, 2019a, 2019b, 2020a), que há uma preocupação inscrita nestes documentos e na prática pedagógica dos/as professores/as (antes e durante a pandemia da Covid-19) em ouvir o/a estudante e mobilizar os conhecimentos empíricos em científicos no seu percurso formativo, assim como na/da diversidade como princípio do trabalho na esfera escolar, no “Novo” Ensino Médio.

Além disso, tem havido por parte da rede estadual catarinense, uma preocupação em relação à evasão escolar entre os anos de 2020 e 2021 por conta dos efeitos diretos e indiretos da pandemia da Covid-19. Segundo Flores (2021, s./p., grifos nossos): “O painel também indica que **8 mil alunos**, entre os 533 mil matriculados na rede, **ainda não retornaram para as atividades escolares**”, referindo-se ao primeiro semestre de 2021. Em decorrência disto, buscando criar ações mais efetivas para o retorno destes/as estudantes e, com a implementação do “Novo” Ensino Médio, em 2022, o governo do Estado de Santa Catarina, objetiva instigar estes/as estudantes ao acesso, à permanência e às aprendizagens a partir do Projeto de Lei (PL 450/2021) que cria o Programa Bolsa Estudante, aprovado em dezembro de 2021 na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) (Santa Catarina, 2021). “Com a iniciativa, o Governo de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED), vai conceder um auxílio anual de R\$ 6.250 para 60 mil estudantes do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA)” (Santa Catarina, 2021, s./p.). Esta bolsa será “concedida em 11 parcelas mensais de R\$ 568, pagas entre fevereiro e dezembro” e requer que os/as estudantes estejam inscritos/as “no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e matriculados no Ensino Médio ou EJA, os estudantes devem ter frequência na



escola acima de 75% por mês e apresentar bom rendimento” (Santa Catarina, 2021, s./p.).

O Programa Bolsa Estudante (Santa Catarina, 2021) também busca, em nosso entendimento, reduzir uma prática que é recorrente no Ensino Médio por parte do estudante: a migração entre turnos (matutino, vespertino, noturno) na mesma escola ou para outras instituições. A proposta de matriz integral ou estendida, por exemplo, está direcionada para os turnos matutino e vespertino e é constituída de no mínimo 1.000 horas no ano letivo (Brasil, 2017). O que implica, aos poucos, intentar que este estudante deixe de frequentar no decorrer dos próximos três anos (2022-2024), o “Novo” Ensino Médio noturno. Isto, porque também há uma matriz curricular diferenciada para este período, a qual se pauta na extensão de mais um ano de frequência, totalizando quatro anos para que o estudante conclua a Educação Básica, no “Novo” Ensino Médio, no caso da rede estadual catarinense.

Na rede pública estadual, a matriz que tem sido opção de muitas escolas e, está fundamentada na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018a) e nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (Brasil, 2018b), é a chamada estendida, a qual é constituída por 31 aulas, sendo 25 da Base Comum compreendendo as áreas Ciências da Linguagem, Exatas, Natureza, Humanas e Sociais Aplicada e, 06 aulas voltadas para os Itinerários Formativos: Projeto Vida, Segunda Língua Estrangeira, Componentes Curriculares Eletivos, a partir do primeiro ano. Nos segundos e terceiros anos são previstas ainda, as Trilhas de Aprofundamento. Estas Trilhas de Aprofundamento podem ser cursadas na instituição em que o/a estudante está matriculado ou este/a pode ainda optar por cursar estas horas em um curso Técnico Profissional em outra instituição pertencente a mesma rede ou não. Assim, o/a estudante precisa cumprir uma carga de 3.000 horas, sendo 1.200 direcionadas para os Itinerários Formativos (Projeto Vida, Segunda Língua Estrangeira, Componentes Curriculares Eletivos, Trilhas de Aprofundamento) e, 1.800 horas para a Formação Geral Básica (Brasil, 2017).

Ressaltamos que este processo de implementação teve seu início em 2018 “por meio da adesão de 120 escolas-piloto, em conformidade com o estabelecido na Portaria MEC n. 649/2018), que instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio” (Santa Catarina, 2020c, p. 14). Em 2019, foram realizados “encontros formativos com as equipes pedagógicas destas escolas” promovidos pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, em que, a partir daí foram elaborados “documentos orientadores”, ou seja, foram produzidos e



publicados quatro volumes (nas versões impressa e digital) intitulados: “Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 1 - Disposições Gerais” (Santa Catarina, 2020a); “Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 2 – Formação Geral Básica” (Santa Catarina, 2020b); “Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 3 – Portfólio de Trilhas de Aprofundamento” (Santa Catarina, 2020c); “Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 4 - Componentes Curriculares Eletivos: Novo Ensino Médio Construindo e Ampliando Saberes” (Santa Catarina, 2020d). Quanto ao Caderno 4, que trata dos Componentes Curriculares Eletivos, a partir do grupo de trabalho constituído por “363 profissionais, envolvendo professores(as) e coordenadores(as) das 120 escolas-piloto do Novo Ensino Médio, profissionais das Coordenadorias Regionais de Educação, além do apoio de técnicos(as) do Órgão Central da SED, profissionais da equipe ProBNCC (Programa de Apoio à Implementação da BNCC), bem como especialistas do Instituto Iungo” (Santa Catarina, 2020c, p. 15), destacamos que estes grupos de trabalho obtiveram como resultado de discussões, socializações e de escrita, 25 Roteiros Pedagógicos “apresentados em forma de um Portfólio” (Santa Catarina, 2020c, p. 16).

Este documento (Caderno 4) auxiliou as 120 escolas-piloto do “Novo” Ensino Médio quanto à oferta dos Componentes Curriculares Eletivos em 2020 e, consideramos, que venha a contribuir com as práticas pedagógicas dos professores/as das demais escolas da rede pública estadual, assim, como pode subsidiar as demais instituições da rede pública federal e privada de Santa Catarina. Importante sublinhar que, em 2020, “as escolas-piloto iniciaram as ações de flexibilização curricular nas 1<sup>as</sup> séries do Novo Ensino Médio” (Santa Catarina, 2020c, p. 14), tomando como documentos orientadores, os quatro Cadernos (Santa Catarina, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d), produzidos pelos atores sociais já referenciados, além da Proposta Curricular de Santa Catarina (1991, 1998, 2005, 2014) que compreende o/a aprendiz como um sujeito em inacabamento, sempre sendo, aprendendo, em diálogo com o outro no/pelo e com o seu processo formativo.

Nas redes públicas federal e privada as discussões ainda têm se configurado de uma maneira mais paulatina do que têm ocorrido na rede pública estadual. Contudo, estas instituições têm se pautado na BNCC (Brasil, 2018a) e no seu Projeto Político Pedagógico, o qual está voltado para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica desde a sua criação em



2008, o que corrobora com o “Novo” Ensino Médio, o de constituir um/a cidadão/cidadã a partir de uma educação humana.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto, a partir de uma abordagem qualitativa descritiva, buscou analisar os movimentos políticos educacionais empreendidos na/para a reformulação e na/para a implementação do “Novo” Ensino Médio em 2020 nas redes pública e privada em Santa Catarina, com data final para 2022, em se pensando, no cenário educacional pandêmico, iniciado em março de 2020, em decorrência da Covid-19. Tais problematizações são pertinentes para o momento atual vivido, porque também é preciso reestruturar, reelaborar os Projetos Políticos Pedagógicos nas escolas públicas e privadas em acordo com o que preconizam os documentos orientadores do “Novo” Ensino Médio. Projetos estes que precisam estar alinhados aos documentos oficiais nacionais e estaduais. Além disso, cabe destacar a importância da formação continuada dos/as professores em serviço antes, durante e após a implementação do “Novo” Ensino Médio. É preciso, em uma perspectiva que compreende o sujeito como um ser social, inacabado, portanto, sempre em processo, sempre aprendendo na relação com o outro, para que haja um acompanhamento pedagógico para estudantes, professores e gestores.

#### 5. REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. Tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011[1979].

BRASIL. *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. *Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016*. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas  
em Políticas Educacionais e  
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15  
junho de 2022

outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2016. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. *Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. EI/EF/EM. Versão integral final. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018a.

BRASIL. Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018b. <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 05 jan. 2022.

FLORES, Ana Paula. Após reintegrar 2 mil alunos, SED reforça ações de busca ativa por 8 mil alunos que estão fora da escola. *Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina*, Florianópolis, 28 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31149-apos-reintegrar-2-mil-alunos-sed-reforca-acoes-de-busca-ativa-por-8-mil-alunos-que-estao-fora-da-escola>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular de Santa Catarina: uma contribuição para a escola pública do Pré-Escolar, 1º grau, 2º grau e Educação de Adultos*. Florianópolis: IOESC, 1991.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. *Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, Ensino Fundamental e médio: disciplinas curriculares*. Florianópolis: COGEN, 1998.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. *Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos*. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica*. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação, [S. I.]: [S. n.], 2014. Disponível em: [http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/Proposta\\_Curricular\\_final.pdf](http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/Proposta_Curricular_final.pdf). Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense*. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019a. Disponível em:



[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos\\_estados/sc\\_curriculo\\_santacatarina.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/sc_curriculo_santacatarina.pdf). Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Caderno de orientações para a implementação do Novo Ensino Médio*. Florianópolis: Editora Secco, 2019b. 60 p. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/index.php/graduacao/proesde/midiateca/proposta-curricular-de-santa-catarina/1118-caderno-de-orientacao-para-a-implementacao-do-novo-ensino-medio/file>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 1 - Disposições Gerais*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020a. 109 p. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2069-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-1/file>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 2 – Formação Geral Básica*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020b. 206 p. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2068-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-2/file>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 3 – Portfólio de Trilhas de Aprofundamento*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020c. 381 p. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2067-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-3/file>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 4 - Componentes Curriculares Eletivos: Novo Ensino Médio Construindo e Ampliando Saberes*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020d. 497 p. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documentos-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2070-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-portfolio-de-componentes-eletivos-da-rede/file>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTA CATARINA. Auxílio financeiro para estudantes da rede estadual de Santa Catarina é aprovado na Alesc. *Santa Catarina*, Florianópolis, 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/educacao-noticias/auxilio-financeiro-para-estudantes-da-rede-estadual-de-santa-catarina-e-aprovado-na-alesc>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. 1. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas  
em Políticas Educacionais e  
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15  
junho de 2022

---

Sandra Pottmeier

Doutora em Linguística pela UFSC. Atua como professora na rede pública estadual de Santa Catarina.

---

Evandro José Zonta

Mestre em Química pela FURB. Atua como professor na Educação Profissional e Tecnológica na rede pública estadual de Santa Catarina.

---

Luiz Herculano de Sousa Guilherme

Doutor em Língua Portuguesa pela UFRJ. Atua como professor de Língua Portuguesa na Educação Básica, Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Santa Catarina, campus Gaspar.

---

Marta Helena Curio de Caetano

Doutoranda em Educação pela FURB. Atua como professora na Educação Superior na Universidade Regional de Blumenau.

---

Renata Waleska de Sousa Pimenta

Doutora em Educação pela UNISINOS. Atua como professora de História na Educação Básica, Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Santa Catarina, campus Gaspar.